

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: *Shopping News SP*

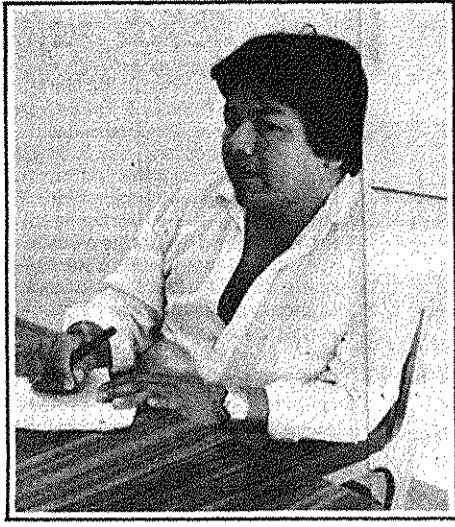
Class.: 228

Data: 03.06.84

Pg.: 3

Entrevista

190
A **Funai** — Fundação Nacional do Índio — é o único prédio de órgão público com sede em Brasília que está retirado do centro nobre e administrativo da cidade. Fica no setor de indústria e abastecimento, longe da vista dos turistas, numa demonstração concreta do preconceito existente contra os índios. Lutadores obstinados porém, eles estão conseguindo superar esses preconceitos. Após elegerem o cacique **Mário Juruna** para deputado federal, pela primeira vez dois índios ocupam altos cargos públicos no Governo. Megarom foi nomeado chefe do Parque Nacional do Xingu e **Marcos Terena**, chefe de Gabinete da Funai. E o jovem índio Terena, de 30 anos, quem explica aqui as dificuldades de



o deputado Mário Juruna sentou-se na sua cadeira no Congresso Nacional muitas pessoas também reagiram de forma estranha e hoje ele é um grande líder.

Em dez dias houve alguma surpresa na Funai?
— O que observei com relação a essas mesmas pessoas que resistem a receber ordens por se sentirem ofendidas, é que elas mesmas começaram a querer pleitear junto a mim uma melhor função dentro da Funai, dizendo "olha, eu sou seu amigo" etc. Também muitos índios vieram à Brasília apresentando currículo, um dizendo que tem segundo grau, outro que está fazendo a universidade. Eu e o Mário Juruna discutimos essas reivindicações e chegamos à seguinte conclusão: na época da luta, principalmente no último episódio do Xingu, só tínhamos eu, o Juruna e o Megarom (nomeado chefe do Parque Nacional do Xingu) lutando, conversando com o ministro Adreazza, com o ministro Venturini, falando com o ministro da Justiça, telefonando para uns e para outros, tentando apaziguar os ânimos que estavam crescendo em torno das reivindicações dos Thucaramãs. De repente, agora que houve uma conquista do índio brasileiro, surgem aquelas pessoas que querem aproveitar a oportunidade.

Devemos também nesses dez dias um surto de manifestações indígenas?

— Eu já chegar nisso. Explodiram em vários pontos manifestações dos índios como consequência dessa abertura dentro da Funai. Isso fez nascer na cabeça do índio uma nova expectativa, como, também, propiciou que os enganos e as mentiras aplicadas aos índios durante todos esses anos começassem a explodir. Está acontecendo que os índios principiam a se manifestar contra aqueles funcionários desonestos. Por exemplo, adentraram a delegacia regional de Araguaína e exigiram a saída de um funcionário. Foi o que aconteceu em Cuiabá, em São Luís e outros locais.

Como é que se tem feito para conter essa explosão?

— A gente tem colocado para os índios que nós precisamos do apoio deles. A Funai vive um momento crítico: ou ela acerta ou ela acaba. Eles têm entendido essa mensagem. Tenho dito a eles que quando eu puder ajudar eu vou ajudar, mas também não posso fazer tudo. Então vai chegar o momento em que não terei mais condições de ajudar. Já eu falo para eles "agora não dá mais". E eles me dizem "tudo bem, a gente sabe que você não pode fazer tudo, e o que a gente não quer é engano". Eu garanti que não seria um administrador branco para os índios, mas um índio leal com os índios.

Como é para um índio o trabalho como chefe de gabinete?

— Isso foi um passo importantíssimo para o índio reconquistar seus direitos ultrajados ao longo do tempo. A minha indicação para a chefia do Gabinete não foi uma conquista pessoal, mas, sim, da comunidade indígena, resultado de um trabalho executado durante os últimos sete anos. Não somente eu, mas muitos jovens estudantes índios tiveram nesse período de interromper seus estudos e prejudicar a sua integração na sociedade brasileira. Muitas pessoas dentro da Funai achavam que era importante abafar a nossa manifestação esportânea em busca de conhecimentos, de estudos, principalmente a nível universitário.

Agora a Funai e o Governo brasileiro deram uma passada muito grande no sentido de combater todos aqueles vícios que antigos funcionários da Funai tinham contra o índio. Todo um círculo vicioso que ainda existe dentro da Funai para evitar que o índio progrida. Muitos deles temem perder os seus lugares dentro da Funai e, quem sabe, perder também algum tipo de desvio de orientação e até mesmo de verbas que eram destinadas a dar assistência aos índios. Com a posse do presidente Jurandir Marcos da Fonseca a gente está procurando fazer uma montagem de equipe para que a Funai caminhe de acordo com as necessidades dos índios.

Quanto índios estudam na Universidade de Brasília?

— Nestes últimos cinco anos 21 índios passaram pela Universidade. Mas muitos deles se afastaram de Brasília. As administrações passadas da Funai, principalmente em 80 e 81, prometeram a esses índios algumas vantagens pessoais, como emprego, mas até hoje esse pessoal está desempregado e com os estudos interrompidos. Atualmente, temos apenas sete índios na universidade.

Quantos se formaram?

— Nenhum deles se formou. Eu mesmo ainda preciso de mais um ano para me formar. Tive de interromper os estudos por causa do trabalho. Eu me envolvi muito com problemas dos Pataxós, Xavantes e outros. Em vez de me facilitarem as coisas por ser uma pessoa que estava tentando construir algo, ao contrário, era considerado uma pessoa altamente subversiva e nociva aos interesses dos administradores que passaram pela Funai. Existia uma carga de pressão enorme e isso pesava demais na escola quando a gente, após um dia cansativo, tinha de ir para a aula. Assim, não tínhamos um ambiente de estudo normal.

Existem muitos índios com curso superior?

— Sim, mas muitos deles fazem questão de não se envolver nos problemas indígenas e da Funai. Acham melhor terem a sua vida normal, como qualquer cidadão. Algumas vezes até se abstêm da condição de índio.

Eles não querem viver como pessoas marcadas?

— Exato. Eu também me senti assim tempos atrás, independente. Eu não me sentia índio. Quando eu era mais novo não tinha a noção do que era a Funai, para que servia a Funai. Não tinha a noção dos direitos indígenas. Terminei o científico, fui cadete da Força Aérea e não pude concluir o curso de oficial. Achava que sem me identificar como índio as coisas seriam mais fáceis. No Brasil, há um grande preconceito contra o índio, ensinado na própria escola; então, a gente tinha vergonha de ser índio. Era mais fácil para mim me identificar como japonês. Eu dizia que era japonês, porque era mais fácil viver no meio dos brancos.

Ao menos você mudou bastante. Hoje é um líder indígena.

— Com o passar do tempo eu vi que isso não era um problema somente meu, mas generalizado, atingindo 220 mil índios. Comecei a ver que havia uma estrutura governamental, a Funai, e também havia uma lei específica para o índio brasileiro — a Lei n.º 6.001, do Estatuto do Índio —, mais do que isso, a própria Constituição assegurava a posse da terra aos índios. Passei a fazer a comparação entre aquilo a que o índio tinha direito e o que na realidade lhe davam.

Quando cheguei a Brasília pela primeira vez vim para resolver um problema particular. Comecei a ler essas leis e constatei a grande diferença entre o que a Funai era e o que deveria ser. Vi o grau de deficiência na assistência que o índio estava tendo. Vi vários funcionários em Brasília, numa estrutura grande como é a da Funai, e o índio padecendo de dificuldades na sua comunidade por falta de assistência médica, dentária, sem orientação agrícola. Ao mesmo tempo começou a correr no Congresso Nacional uma lei pela qual o índio deixaria de ser índio, o projeto da emancipação. Paralelo a tudo isso ainda vinha o grupo de dentro da Funai tentando obstruir os caminhos que o índio estava deslumbrando, ou seja, conseguir o curso superior, ter condições de trabalhar como chefe de posto na Funai.

Como é exatamente que se obstruía a ascensão do índio?

— Com a orientação de que o índio deve ficar dentro da sua aldeia. Eu senti na visita a várias comunidades indígenas que o próprio funcionário da Funai, o chefe de posto, fazia questão que o índio não enxergasse os seus direitos. Em muitas vezes, esses chefes de postos ganhavam para trabalhar dentro da aldeia, mas tinham mansões na cidade, onde passavam a maior parte da vida, sem dar assistência às comunidades indígenas. O índio, desconhecendo qual o trabalho que esse chefe de posto tinha a desempenhar, naturalmente não tinha como cobrar um comportamento mais honesto desses funcionários.

Isso é uma noção que começamos a adquirir, quando também fizemos comparações dentro da Funai, aqui em Brasília. Vimos os carros da Funai passando, com os funcionários dentro, na cidade, outras vezes esses veículos eram usados para levar pessoas ao cabeleireiro. Não tive então mais dúvidas de que havia uma grande exploração em nome do índio e passei a alertar os meus companheiros de quarto.

Nós éramos quinze estudantes e isso começou a crescer de tal forma dentro da gente, preocupando os setores da direção da Funai. Criou-se um clima para que os índios aqui em Brasília voltassem para suas áreas para acabar com manifestações em defesa dos nossos direitos. Só que em 80 e 81 a gente já tinha uma grande base que eram os caciques, os Xavantes, os Caiçós, os Guaranis, os Guajajaras, os Carajás, vários caciques de peso, ao mesmo tempo em que crescia um nome nacional, o do hoje deputado Mário Juruna, que se transformou para nós num símbolo de luta. Ele passou a ser o nosso nome nacional, tornou pública a questão indígena, levantou o indigenismo no Brasil.

Pelo jeito você já está há muito tempo na cidade e está mais para branco do que para índio. Então, esse negócio de chefe de Gabinete não deve ser mesmo muito estranho para você.

— O estranho aqui é a gente ter de superar os preconceitos dos funcionários da Funai que não admitem receber ordens de um índio. Isso a gente sente nas pessoas que trabalham mais próximas a nós. Mas eu acho que a gente supera isso. Quando

Marcos Terena

seu povo, inclusive através da sua própria vida. Com dez anos ele saiu da aldeia em Mato Grosso e foi estudar em Campo Grande. Morando sempre sozinho ou com outros estudantes índios chegou até o curso universitário de Administração de Empresa na UNB. Até agora porém não pôde completá-lo por falta de tempo devido aos obstáculos criados pelos brancos e à dedicação à causa indígena. Garoto ainda, ele preferia passar por japonês para não ser discriminado. Piloto da Funai, pouco antes de ser nomeado chefe de Gabinete, sofria a discriminação de outros pilotos brancos que servem na Funai. Nos dez primeiros dias de Gabinete ele já enfrentou inúmeras manifestações das tribos e procura incrementar uma política de diálogo entre

brancos e índios, assistência aos índios e integração do índio à sociedade branca, procurando ao mesmo tempo preservar a identidade cultural e as terras indígenas — condições de sobrevivência do seu povo — em compatibilização com o avanço das fronteiras agrícolas e a devastação provocada até por empresas multinacionais, embora admita realisticamente a inevitabilidade do avanço da civilização branca, que não quer evitar, mas, sim, controlar. E já anunciou que na próxima eleição os índios devem lançar candidatos em todos os níveis — da vereador a deputado federal — em todos os Estados, especialmente em São Paulo. Entrevista a Emílio Braga.

As manifestações têm ocorrido algumas vezes por interferência de brancos, até mesmo funcionários da Funai. Parece incrível, mas eles querem garantir os empregos e provocam essas manifestações com o objetivo de mostrar à direção da Funai o apoio com que contam dos indígenas. Temos recebido cartas, algumas escritas com letra bem feita, que a gente nota que não é de índio, pedindo apoio a determinados funcionários. Isso atrapalha bastante porque não conseguimos um contato direto com a comunidade. Esse intermediário a gente tem de identificar e eliminar.

É compatível trabalhar para o Governo e ao mesmo tempo para os índios? Não é meio estranho isso, dado o Governo que nós temos?

— É possível porque o Governo é composto de diversas pessoas, assim como a Funai e os partidos políticos têm pessoas de diferentes tendências ideológicas. Nós temos sentido que no Governo brasileiro várias pessoas, inclusive pessoas de influência que não podem aparecer, têm dado um apoio muito grande ao indigenismo. Acho viável construirmos um indigenismo padrão, com uma assistência realmente efetiva. Porque o que se aplica na Funai é uma quantidade muito boa que seria suficiente para dar uma assistência mais ou menos adequada ao índio, se for bem aplicada.

Com que recursos vocês contam?

— Temos na área do Maranhão o Projeto Grande Carajás, no Noroeste do Brasil, Mato Grosso, Rondônia, o Projeto Pólo Noroeste. São inclusive recursos do Banco Mundial. Pretendemos que esses recursos sejam na prática aplicados e uma parte deles reverta às comunidades indígenas. Isso significa que vamos pegar mil dólares e entregar a um chefe de comunidade. Mas vamos pegar esse dinheiro e construir hospitais e escolas. Muitas pessoas querem trabalhar na Funai e não querem trabalhar com os índios. Eu conheço inclusive algumas pessoas que têm nojo dos índios, então como é que pode? É como se uma enfermeira trabalhasse em hospital e tivesse nojo de uma pessoa que está morrendo. Queremos dar condição moral à Funai de defender os interesses indígenas tanto diante do poder político, como do econômico e fazer com que o Governo brasileiro se sinta honrado de estar defendendo os interesses dos indígenas brasileiros.

Em que consiste a nova política indígena que vocês vão aplicar?

— Estamos procurando fazer um trabalho de equipe discutindo a situação com indigenistas de dentro e de fora da Funai. Constatamos de pronto que há uma dificuldade financeira da Funai e do

País. O primeiro passo foi colocar para os índios as nossas possibilidades, através do diálogo. Houve uma época em que o índio chegava aqui em Brasília e automaticamente era acionado o esquema de segurança do prédio, inclusive através do Departamento de Polícia Federal e da Polícia Militar. Esse foi um fato que alcançou repercussão internacional, que manchou o nome do Brasil. Hoje, queremos que o índio se sinta responsável pela Funai, tratando bem o prédio e os funcionários. Para que os funcionários sejam mais amigos dos índios, enfim, haja um relacionamento amistoso e não hostil como vinha acontecendo. O segundo passo é darmos uma assistência efetiva ao índio. Queremos visitar o Delfim Neto, o presidente da Caixa Econômica Federal e conseguirmos mais recursos para os índios dentro dos programas já existentes.

A idéia não é isolar o índio, mas sim integrá-lo à sociedade, preservando, porém, a comunidade indígena. Precisamos manter o controle dessa integração para que não ocorra espontaneamente, fazendo com que o índio se transforme nas cidades num marginal, num indigente, a mulher índia venha a se prostituir.

O isolamento do índio nem é mais possível. Os brancos abrem estradas e de repente se defrontam com uma comunidade indígena e logo procuram as mulheres, afastando os homens com bebidas alcoólicas. É esse tipo de degradação que queremos evitar. Não queremos também que os índios se dispersem nas cidades. Para isso, é importante a demarcação das terras indígenas. Sabemos que não é possível deter o avanço da fronteira agrícola senão pela lei, e vamos insistir nisso, procurando fazer com que tudo corra em clima de harmonia. Onde a terra é dos índios, mas os posseiros a ocuparam há mais de 40 anos, caso dos Pataxós, na Bahia, teremos de estudar uma forma de ajudar os posseiros que serão desalojados. O índio não pode ser transferido, como se faz com as favelas. Mesmo o branco que mora no Sul e for morar no Norte acha muito difícil a adaptação. Com o índio, que vive nas aldeias no meio da selva, a diferença é bem maior e, como já aconteceu, quando removidos para outro lugar, morrem às centenas e aos milhares.